

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.059.850 - SP (2017/0039194-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **JUNDIAI ALIMENTOS LTDA**
REPR. POR : **FERNANDO ANTUNES FERREIRA**
ADVOGADOS : **PAULO CARVALHO CAIUBY - SP097541**
: **PATRICIA APARECIDA C SPINOLA E CASTRO - SP131686**
: **CLÁUDIA CÂNDIDO DE SOUSA ROCHA - SP259619**
AGRAVANTE : **QUALYMEAT INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS**
: **LTDA**
AGRAVANTE : **FERNANDO ANTUNES FERREIRA**
AGRAVADO : **OS MESMOS**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. PROCURAÇÃO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. DECISÃO QUE CANCELOU, DE OFÍCIO, A REVOGAÇÃO AO MANDATO JUDICIAL, DETERMINANDO O RETORNO DOS AUTOS AOS PRIMEIROS ADVOGADOS. REFORMA. NATUREZA *INTUITO PERSONAE* DO MANDATO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo que não admitiu o recurso especial apresentado por Jundiai Alimentos Ltda. – representado por Fernando Antunes Ferreira – e outros, com base no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 100):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - Procuração - Decisão que cancelou, de ofício, a revogação ao mandato judicial, determinando o retomo dos autos aos primeiros advogados, cujos poderes de representação foram revogados por intermédio de seu atual sócio administrador - Reforma que se impõe - Primeiros advogados que foram contratados por sócia, provisoriamente afastada da administração societária por decisão judicial - Relação de confiança que deve subsistir na contratação do advogado - Agravo provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 127-129).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 135-152), os recorrentes apontaram violação dos arts. 682 do Código Civil de 2002; 195 da Lei n. 9.279/1996; e

128 e 535 do Código de Processo Civil do 1973.

Sustentaram, em síntese, a ausência de prestação jurisdicional; que não há interesse para o recorrido Fernando que a sociedade Jundiai Alimentos Ltda. adote medidas judiciais cabíveis para fazer cessar a concorrência desleal, objetivando, ainda, a sua condenação a indenizar os danos a que deu causa; a existência de inegável conflito entre os interesses da sociedade e aqueles do sócio Fernando e que, portanto, a ulterior destituição da sócia Solange da administração – em razão de decisão que não se revela ainda definitiva –, não pode autorizar que o sócio remanescente, Fernando, na condição de administrador exclusivo, possa revogar os poderes que a referida sócia, em nome da sociedade, outorgou aos advogados constituídos para a defesa dos interesses da empresa exatamente contra aquele dirigente faltoso.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 159-176 e 196-205).

O Tribunal de origem não admitiu o processamento do recurso especial em virtude da ausência de demonstração de violação dos dispositivos apontados e da incidência das Súmulas n. 7 e 83 do STJ (e-STJ, fls. 206-207).

Brevemente relatado, decido.

Preliminarmente, a jurisprudência desta Corte é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte.

Dessa maneira, registro que a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Colegiado de origem, que sobre ela emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão das recorrentes.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 1022 DO CPC NÃO CONFIGURADA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. INVIABILIDADE. IMPOSIÇÃO DA MULTA DO ART. 1.026, § 2º, DO CPC.

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 1022 do CPC.
2. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito.
3. Os segundos Embargos Declaratórios opostos com o intuito de modificar o julgado, inovando com argumentos preclusos, revela nítido caráter procrastinatório, pelo que é admissível a aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC.
4. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa.

(EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp n. 822.269/SP, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 8/11/2016, DJe 17/11/2016).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/1973) - APELAÇÃO CONSIDERADA DESERTA - ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO QUE REJEITOU ANTERIORES ACLARATÓRIOS COM APLICAÇÃO DE MULTA, MANTENDO A NEGATIVA DE PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL FACE A ADEQUAÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL, A FIM DE ANULAR OS ACÓRDÃOS PROFERIDOS NA ORIGEM, COM A DETERMINAÇÃO DO RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL A QUO PARA QUE PROCEDA À ANÁLISE DO MÉRITO DA APELAÇÃO COMO ENTENDER POR DIREITO, POR TER A PARTE RECORRENTE, UMA VEZ INTIMADA PARA COMPLEMENTAR O RECURSO ATENDIDO À DETERMINAÇÃO. INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver no julgado, obscuridade, contradição, omissão ou erro material (art. 1022 do NCPC).

2. Os aclaratórios, em regra, não permitem rejugamento da causa, sendo que a atribuição de efeito modificativo somente é possível em hipóteses excepcionais, uma vez comprovada a existência dos mencionados vícios no julgado, que não se encontram presentes na presente hipótese.

3. Restou delineado que o recolhimento insuficiente do preparo do recurso de apelação não enseja a deserção se a parte recorrente, intimada para que o complemente, atende à intimação e recolhe a totalidade do valor, ou demonstra que tal já foi realizado no momento oportuno, o que expressamente ocorreu no caso conforme mencionado pelo magistrado a quo, "na medida em que veio aos autos comprovar que já havia efetuado o recolhimento não só das custas referentes ao porte de remessa, mas também do porte de retorno e das custas recursais, de forma a comprovar o integral preparo realizado na data da interposição do apelo". Inteligência do artigo 511, § 2º, do CPC/73. Precedentes.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp n. 803.611/PR, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 27/9/2016, DJe 24/10/2016).

Consoante se extrai dos autos, o Tribunal de origem, ao julgar o agravo de instrumento, consignou o seguinte (e-STJ, fls. 101-105):

(...)

A agravante afirma que ajuizou ação de concorrência desleal contra Fernando Antunes Ferreira, Cristiane Matsuda Ferreira e a empresa

Qualymeat Indústria e Comércio de Alimentos, sendo na época representada por sua sócia Solange Ferreira, que constituiu os primeiros advogados nessa demanda. No entanto, essa administradora foi afastada do cargo em ação de exclusão de sócio promovida perante a 6ª Vara Cível de Jundiá, voltando a exercer a função de administrador o sócio Fernando Antunes Ferreira.

Com tal retorno, foram revogados os poderes concedidos aos advogados da Jundiá, nomeados pela antiga administradora, o que se deu por dois motivos: 1) necessidade da existência de confiança entre cliente e advogado contratado; 2) porque o atual sócio administrador 'viu-se na estranha situação de ter sido levado, por decisão unilateral da antiga sócio administradora, a praticamente litigar contra si mesmo, pois é o atual administrador e futuro único sócio da empresa Jundiá.', embora esta venha litigando contra ele próprio (Fernando), sua esposa e contra a empresa Qualymeat, da qual Fernando também é sócio. No entanto, o juízo *a quo* entendeu por bem, ex officio, cancelar a revogação da procuração e determinar o retorno dos primeiros advogados constituídos, razão do presente agravo. Não pode o juízo assim proceder, determinando que os advogados inicialmente constituídos representem e defendam os direitos e interesses daquele que revogou a sua procuração. Com efeito suspensivo, pede provimento.

(...)

Volta-se o presente inconformismo, em apertada síntese, contra a decisão que cancelou, de ofício, a revogação do mandato judicial, determinando o retorno dos autos aos primeiros advogados, cujos poderes de representação foram revogados pela agravante, por intermédio de seu atual sócio administrador.

Aduz, para tanto, que a determinação judicial, além de importar em indevida intervenção na gestão administrativa da empresa, está impondo uma representação processual contra a vontade da litigante. Sempre debaixo da mais acatada vênua da doughty orientação do digno magistrado singular, a situação de beligerância e de intolerância entre as partes litigantes, com inúmeras ações envolvendo a empresa Jundiá, indicam que a manutenção dos advogados contratados pela ré -agravante inviável.

Consigne-se, a esse respeito, que a empresa Jundiá Alimentos (agravante) ajuizou ação de concorrência desleal em face de Fernando Antunes Ferreira e a empresa Qualymeat Indústria e Comércio de Alimentos. Nesta demanda, a agravada, Solange Ferreira, outorgou procuração aos primeiros advogados.

Ulteriormente, a Sra. Solange Ferreira foi afastada do cargo, no âmbito de ação de exclusão de sócia, voltando a exercer a função de administrador, exclusivamente, o sócio Fernando Antunes Ferreira.

Por esse motivo, optou a agravante em revogar a procuração anteriormente outorgada pela empresa aos primeiros advogados, constituídos por Solange.

Pelo teor da petição de interposição, tal revogação ocorreu por dois motivos: primeiro, porque a contratação daqueles causídicos não ocorreu com a concordância do atual sócio administrador; segundo, porque o atual sócio administrador está praticamente litigando contra si mesmo.

Em vista desses elementos, e tendo em conta que a relação jurídica travada entre advogados e seus constituintes é embasada na

confiança, outra não poderia ser a postura da agravante, senão revogar o mandato judicial primeiramente outorgado.

É certo que o item V do contrato social prevê a administração conjunta da sociedade pelos então sócios, Solange e Fernando; não menos certo que há agravo de instrumento, interposto em face da decisão que, no âmbito do processo de exclusão, afastou provisoriamente a sócia Solange da administração da empresa.

Esses aspectos, por si sós, não bastam para concluir que a revogação da procuração inicialmente outorgada teria sido abusiva.

Pelo contrário, usando dessa faculdade legal, a empresa-agravante procura, evidentemente, salvaguardar seus interesses.

Aliás, cabe à parte, e não ao Magistrado, o direito de contratar advogado que seja de sua confiança.

Essa a exegese do art. 38 do Código de Processo Civil: A procuração geral para o foro, conferida por instrumento público, ou particular assinado pela parte, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, salvo para receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso.

Pontue-se que uma das hipóteses de extinção do mandato (artigo 682, I, do Código Civil), é a revogação ou renúncia.

Consoante lição de Sílvio de Salvo Venosa (Direito Civil, Terceira Edição, Volume III, p. 288), 'o mandato é em regra essencialmente revogável expressa ou tacitamente, (...). Fundado na confiança, a qualquer momento pode o mandante revoga-lo, da mesma forma que pode o mandatário a ele renunciar. Pela revogação, o mandante suprime os poderes outorgados. Essa revogação constitui, na verdade, uma denúncia vazia ou imotivada do contrato de mandato, pois independe de qualquer justificativa. Ao mandante cabe julgar do interesse de manter ou não o mandatário. Essa revogação é ato unilateral, independe de justificação ou aceitação do mandatário. Pode ocorrer antes ou durante o desempenho do mandato. (...).'' Bem por isso, levando em conta a natureza *intuitu personae* do mandato, a agravante tem direito de revogar a procuração e os respectivos poderes outorgados aos primeiros procuradores, e contratar o advogado que lhe aprouver.

Daí porque, a decisão monocrática deve ser reformada, para manter a revogação da procuração outorgada aos primeiros advogados, com o retorno da advogada, subscritora do presente inconformismo, como patrona da empresa-agravante. (Sem grifo no original).

Verifica-se que os recorrentes não se desincumbiram de demonstrar as razões pelas quais considera violadas as normas legais apontadas e tampouco impugnou os fundamentos do acórdão recorrido, incidindo, por analogia, os enunciados sumulares n. 283 e 284 do STF, que dispõem respectivamente: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"; e "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Além disso, depreende-se que o Colegiado estadual julgou a lide com base no substrato fático-probatório dos autos. Assim, não há como alterar a cognição do aresto impugnado e acolher a tese defendida no apelo extremo, uma vez que tal providência esbarraria no disposto na Súmula n. 7 do STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília-DF, 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

